

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação
Participativa**

**1º Relatório Bimestral
(acumulado janeiro a fevereiro 2025)**

CDDHCLP

Brasília/DF

Abril/2025

Composição da Comissão**Membros Titulares**

Deputado Fábio Felix - Presidente

Deputado Ricardo Vale - Vice-Presidente

Deputada Jaqueline Silva

Deputado João Cardoso Professor Auditor

Deputado Rogério Morro da Cruz

Membros Suplentes

Deputado Max Maciel

Deputado Gabriel Magno

Deputado Paula Belmonte

Deputada Doutora Jane

Deputado Iolando

Servidores da Comissão

Ana Maria Alves Meirelles – Estagiária de Serviço Social

Beatriz Guedes Viana – Estagiária de Serviço Social

Cinna Luzia Almeida Franco Freitas – Estagiária de Serviço Social

Laís Eduarda da Silva Cantuária – Estagiária de Relações Internacionais

Isadora de Oliveira Furtado Rocha – Estagiária de Serviço Social

Gabriel Santos Elias – Secretário da Comissão

Janaína Bittencourt – Assessora da Comissão

Aline Midore Arakaki– Consultora Legislativa

Thiago Bazi Brandão – Consultor Técnico-Legislativo – Assistente Social

Natália Daniela de Sousa - Consultora Técnico-Legislativa/Assistente Social

Kamila Velasco Pacheco - Consultora Técnico-Legislativa/Assistente Social

Danielle de Paula Benício da Silva Sanches – Assessora da Comissão

Antonio Augusto Nascimento de Queiroz – Consultor Técnico Legislativo

Rodinei Tarciano Silva – Consultor Legislativo

1º Relatório Bimestral - 2025

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa (CDDHCLP), conforme o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no seu artigo 68, parágrafo §1º tem como prerrogativa:

§ 1º A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa deve apresentar à Mesa Diretora relatório bimestral sobre as competências previstas no inciso II do caput.

Em face disso, elaboramos este material com vistas a dar publicidade e transparência às ações realizadas pela Comissão.

Registra-se que compete à Comissão realizar, conforme o mesmo Artigo 68 do Regimento Interno da CLDF, as seguintes ações:

I – analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:

- a) defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos;
- b) direitos inerentes à pessoa humana;
- c) discriminação de qualquer natureza;
- d) sistema penitenciário e direitos do detento;
- e) violência e abuso de autoridade;
- f) defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social e da população em situação de rua;
- g) organização e funcionamento de órgão ou entidade que atue na área de direitos humanos, inclusive as matérias relacionadas aos respectivos servidores;

II – visitar, periodicamente:

- a) delegacias, estabelecimentos penais e unidades do sistema socioeducativo;
- b) centros de triagem e unidades de acolhimento institucional;
- c) lugares onde se abrigam pessoas em situação de rua;
- d) vítimas ou familiares de vítimas falecidas em situação de violação de direitos humanos;
- e) unidades de atenção psicossocial e de tratamento de usuários de drogas;

Na Comissão, de Janeiro a Fevereiro de 2025, foram recebidas e registradas **139** demandas que foram classificadas da seguinte forma:

Tabela 1 - Classificação de Demandas de 2025

Demanda	Quantidade
Assistência Social	3
Criança e Adolescente	7
Educação	7
LGBTQIA+fobia	5
Moradia e Conflito Urbano	8
Outros	1
Pessoa com Deficiência	3
Racismo	1
Saúde	20
Sistema Prisional	67
Socioeducativo	2
Violência	4
Violência Policial	5
OUTROS	6
Total Geral	139

NATUREZA DA DEMANDA	QUANTIDADE
---------------------	------------

Observamos uma recorrência de acúmulo de demandas do sistema prisional, de saúde e moradia/conflito urbano. Notamos o crescimento das demandas de educação relacionadas ao transporte escolar. Nesta perspectiva foram realizadas reuniões junto a Comissão de Mobilidade e Transporte, Comissão de Educação e Cultura e Consultoria Legislativa que culminaram na elaboração do projeto de Lei - PL 1608/2025 ([link](#)).

Das demandas apresentadas, foram produzidos 74 ofícios dirigidos às organizações públicas e privadas solicitando a análise das demandas, assim como a identificação das providências cabíveis. Outras medidas foram tomadas para responder as demandas, na perspectiva da articulação estratégica das redes por meio de contatos por telefone, e-mail, redes sociais, no sentido de oferecer agilidade ao atendimento e encaminhamento das necessidades das pessoas atendidas. Os órgãos ligados ao sistema penitenciário, a secretaria de saúde, assistência social e o ministério público foram os mais acionados.

Tabela 2 - Órgãos acionados

ÓRGÃO ACIONADO	NÚMERO DE OFÍCIOS
CODHAB	1
DEFENSORIA	6
DF LEGAL	1
MPDFT	13
MPDFT/NUPRI	1
MPDFT/PROSUS	1
NUPRI	1
OUTROS	7
SEAPE	2
SEDES	4
SEE	5

SEJUS	1
SEMOB	2
SES	15
SSP	6
UNB	1
VEP	7
Total Geral	74

ANÁLISE QUALITATIVA DAS DEMANDAS E DAS RESPOSTAS

A natureza das demandas de violações dos direitos humanos em 2025 revela uma tendência histórica do Estado Brasileiro de reproduzir práticas de abuso de autoridade, violência, por um lado, e de manter barreiras e limites de acesso aos direitos, do outro. Essa dinâmica tem sido prejudicial a população do Distrito Federal que busca a Comissão de Direitos Humanos da CLDF quando encontra dificuldades no seu relacionamento com o poder público.

Por esta razão convém refletir sobre a natureza dessas demandas com o intuito de definirmos propostas de fiscalização, legiferação e suplementação orçamentária, assim como atividades formativas e debates que promovam a cidadania e a participação cidadã.

1. Assistência Social

As demandas relacionadas à assistência social abrangem desde solicitação de benefícios e auxílios emergenciais (como o "Prato Cheio") até pedidos de encaminhamento à FUNAP e casos mais complexos de vulnerabilidade social. A presença de pedidos múltiplos envolvendo acesso a direitos básicos indica fragilidade na proteção social de populações empobrecidas e com vínculos precários com políticas públicas.

2. Criança e Adolescente

Há relatos de violação de direitos de uma criança de 6 anos, além da falta de vagas escolares em regiões periféricas como o Sol Nascente, e solicitações de análise legislativa voltadas à proteção psicológica de menores em contextos de guarda compartilhada. Isso revela uma necessidade urgente de atenção à proteção integral

da infância, bem como o fortalecimento das redes de atendimento e fiscalização interinstitucional.

3. Educação

As queixas concentram-se na falta de transporte escolar, inclusive em áreas como o Manguelral, além de questionamentos sobre a gestão de escolas cívico-militares. Esses relatos apontam para ineficiência na garantia do acesso pleno à educação, especialmente em comunidades afastadas dos grandes centros.

4. LGBTQIA+fobia

Foram registradas demandas de homofobia institucional e social, incluindo negativas de processos, violência familiar, e reiteradas denúncias sem retorno satisfatório. Evidencia-se um padrão de invisibilização das violações contra pessoas LGBTQIA+ e uma possível falha nos mecanismos de responsabilização. A repetição das denúncias demonstra falta de resposta efetiva do Estado.

5. Moradia e Conflito Urbano

Demandas envolvendo despejos forçados, disputas por loteamento irregular, escassez de água e conflitos em residências estudantis revelam grave violação ao direito à moradia e urbanização adequada. A tentativa de conciliação em alguns casos sinaliza um esforço de mediação comunitária, mas a ausência de políticas habitacionais consistentes é evidente.

6. Pessoa com Deficiência

As demandas incluem falta de monitores em escolas, desligamento de pessoas com deficiência do trabalho e barreiras em estabelecimentos privados, demonstrando a persistente exclusão estrutural e institucional. O não cumprimento da legislação de acessibilidade e inclusão escolar e laboral reforça a necessidade de ações fiscalizatórias e educativas.

7. Racismo

As ocorrências apontam racismo institucional em unidades prisionais, visitação e atuação policial. A recorrência de práticas discriminatórias mostra a urgência da

implementação de políticas antirracistas efetivas, tanto na segurança pública quanto nos serviços públicos.

8. Saúde

O campo da saúde concentra altíssimo número de demandas. Os casos incluem desde ausência de atendimento médico e exames, até falta de medicamentos, negligência em UPA's e recusa de atendimento a gestantes. Também há pedido de audiência pública sobre a saúde no Distrito Federal, o que indica descrença nas vias formais de resolução e busca por visibilidade pública dos problemas. A desorganização da rede de saúde pública, especialmente nas regiões administrativas, aparece como um dos principais gargalos.

9. Sistema Prisional

É o tema com maior volume de demandas, especialmente relacionadas à infestação de percevejos, alimentação inadequada, negligência médica, violência institucional, tortura, restrição a visitas e superlotação, além de casos de suicídio e omissão de socorro. As denúncias reiteradas apontam para condições degradantes e sistemáticas de violação de direitos humanos, que configuram possível padrão de maus-tratos institucionalizados.

10. Socioeducativo

Apesar do número menor de ocorrências, os relatos tratam de tratamento inadequado e necessidade de apuração de condutas, revelando fragilidade nas medidas socioeducativas e possíveis desvios de função ou violência institucional.

11. Violência e Segurança Pública

As denúncias envolvem agressões contra ambulantes, descumprimento de medidas protetivas e violência policial, incluindo racismo e uso excessivo da força. Há ainda pedidos de respostas da justiça militar, o que sugere a necessidade de controle externo mais eficaz da atividade policial e proteção real para denunciante e vítimas.

12. Outros Temas

Incluem perseguição política a bombeiros militares, demandas de mediação por saúde mental e pedido de investigação por violações diversas. Essa categoria demonstra a diversidade de demandas recebidas e a necessidade de estrutura multifuncional da Comissão para responder aos diferentes tipos de violações.

A análise revela uma concentração significativa de denúncias nos eixos de sistema prisional, saúde, moradia e assistência social, com destaque para violências estruturais e institucionais. Muitos relatos são reiterativos, o que denuncia falta de resposta do Estado e baixa resolutividade institucional. Há ainda forte presença de demandas urgentes e de risco à integridade física, exigindo atuação rápida da Comissão.

Recomenda-se:

- Articulação intersetorial para resposta integrada;
- Realização de diligências e audiências públicas;
- Produção de relatórios temáticos para subsidiar políticas públicas e ações judiciais.

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA CDDHCLP EM CONSELHOS E COMITÊS EXTERNOS

A Comissão participa de conselhos e comitês externos, defendendo as pautas dos direitos humanos e as contribuições à formulação de políticas públicas e sociais que avancem na proteção, garantia e promoção dos direitos nos segmentos em que atua. A efetiva e contínua participação da Comissão ocorreu nos conselhos abaixo, tendo também representado a CLDF em eventos e reuniões externas, presenciais e virtuais, a convite de instituições relacionadas aos direitos humanos.

CONSELHO	PARTICIPANTES	REPRESENTAÇÃO
Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDDH (SEJUS) (2021/2023)	Danielle de Paula Benicio da Silva Janaina Bittencourt Natália Kamila	CLDF/CDDHCLP

Conselho Comunitário da Universidade de Brasília (2022)	Gabriel Santos Elias - titular	CLDF/CDDHCLP
---	--------------------------------	--------------

COMITÊS INTERNOS DA CLDF COM PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO

Comitê/Grupo	Servidor	Atuação
Comitê de Estratégia da Tecnologia da Informação	Thiago Bazi	Análise e deliberação sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação com ênfase no desenvolvimento de sistemas para a área de legislação, fiscalização e participação cidadã.
Comitê de Análise do Adicional de Qualificação	Thiago Bazi	Coordenação da análise de títulos de servidores
Comitê Gestor de Sustentabilidade - Ecolegis	Thiago Bazi	Campanhas e educação ambiental
Comitê de Estágio Probatório	Thiago Bazi	Avaliação de servidores
Programa Conhecendo o Parlamento	Thiago Bazi	Orientação aos participantes
Grupo de Trabalho para elaboração do Sistema de Informação da Comissão	Thiago Bazi Natália Daniela Kamila Pacheco	Planejamento e construção do sistema

Em 7 de abril de 2025

Danielle de Paula Benício da Silva Sanches

Secretária da CDDHCLP